



Gabriel Ramires Verçosa*

RESUMO

O problema da felicidade sempre foi tema de discussões filosóficas e teológicas, pois sobre os seus princípios e noções o homem desenvolverá sua vida e pautará suas atitudes. Passando pelos filósofos gregos da Antiguidade, e também por Santo Agostinho, notamos que a felicidade está ligada a um aperfeiçoamento do ser do homem. Este aperfeiçoamento ocorreria como uma aproximação de semelhança com a divindade ou ligado de alguma forma a ela: um estado de perfeição que o homem pode alcançar. Mas como chegar a tal perfeição e felicidade? Sócrates propõe a virtude do conhecimento; Platão propõe a Ideia do Bem e a política na cidade (pólis); Aristóteles aponta para o intelecto e a contemplação; Santo Agostinho mostra que a filosofia leva a Deus e é feliz aquele que O possui. Com São Bernardo, como será apresentado neste estudo, encontramos a felicidade do homem fundamentada no amor (caridade), que o leva à união com Deus – uma deificação. Para alcançar tal fim, a beatitude, o homem passa por certas etapas do seu amor a Deus, que sai do amor próprio e interessado ao amor por Deus por Ele mesmo e desinteressado.

Palavras-chave: Felicidade. Amor. Deificação. Caridade. Deus. Beatitude.

Happiness according to Saint Bernard of Clairvaux: love as the path that leads man to union with God and deification

ABSTRACT

The problem of happiness has always been the subject of various philosophical and theological discussions, as upon its principles and notions, man will develop his life and shape his actions. As we examine the ancient Greek philosophers, as well as Saint Augustine, we notice that happiness is connected to the refinement of human existence. This refinement would occur as an approximation of likeness to divinity or in some way linked to it: a state of perfection that man can attain. But how does one reach such perfection and happiness? Socrates proposes the virtue of knowledge; Plato puts forth the Idea of the Good and the politics within the city-state (polis); Aristotle emphasizes intellect and contemplation; Saint Augustine demonstrates that philosophy leads to God, and the one who possesses Him is happy. With Saint Bernard, as will be presented in this study, we find the happiness of man grounded in love (charity), which leads him to union with God – a deification. To achieve such an end, the state of blessedness, man goes through certain stages in his love for God, transitioning from self-interested and interested love to love for God for His own sake and without self-interest.

Keywords: Happiness. Love. Deification. Charity. God. Blessedness.

A felicidade segundo São Bernardo de Claraval: o amor como caminho que leva o homem à união com Deus e à deificação

Introdução

Um dos problemas que, incessantemente, os homens têm buscado resolver diz respeito à vida feliz ou à felicidade, dentro das discussões filosóficas e teológicas, passando pelos Antigos até os contemporâneos. Assim, ela é importante para compor uma atitude do homem frente à vida: sabendo em que ela consiste, dará ao homem o aperfeiçoamento à sua natureza e aos seus atos. Em São Bernardo de Claraval¹, filósofo e teólogo da Idade Média, vemos uma abordagem voltada para o amor, mais precisamente a *caridade*, como meio de chegar à vida feliz ou à *beatitude*.

Fazendo um retrospecto sobre o tema da felicidade, notam-se certas semelhanças com relação à ideia de São Bernardo, que a concebeu como sendo algo que aproxima o homem do estado divino; ou seja, a felicidade confere ao homem um estado de perfeição do seu ser. Com os filósofos gregos do período clássico, encontramos o termo *eudaimonia*², que seria correspondente ao que entendemos hoje por *felicidade*: sendo o fim último e o *supremo bem* do homem, se constituiria como o verdadeiro *sentido de sua vida*.

Porém, antecipando Aristóteles nesta questão, nota-se que há um problema e uma certa divergência, já na Antiguidade, em relação ao que é realmente a felicidade, pois para a maioria das pessoas ela se basearia na posse de bens materiais ou honrarias, como notamos nesta passagem da *Ética a Nicômaco*:

[...] quanto ao que é realmente a felicidade, há divergência, e a maioria das pessoas não sustenta opinião idêntica à dos sábios. A maioria pensa que se trata de algo simples e óbvio, como o prazer, a riqueza ou as honrarias. Mas até as pessoas componentes da maioria divergem entre si, e muitas vezes a mesma pessoa identifica o bem com coisas diferentes, dependendo das circunstâncias – como a saúde, quando ela está doente, e a riqueza quando empobrece; cômicas, porém, de sua ignorância, elas admiram aqueles que propõem alguma coisa grandiosa e acima de sua compreensão (ARISTÓTELES, 1996, p. 120).

¹ São Bernardo de Claraval (1090-1153) foi um monge cisterciense, teólogo e escritor francês. Ele foi um dos principais líderes espirituais do século XII e um influente defensor da Ordem Cisterciense. Bernardo fundou a Abadia de Claraval e escreveu extensivamente sobre teologia, mística e espiritualidade. Suas principais obras são *Tratado Sobre o Amor de Deus*, *As Heresias de Pedro Abelardo*, *Sermões Sobre o Cântico dos Cânticos* e *Opúsculo Sobre o Livre-Arbítrio*.

² Segundo Ivan Gobry, o termo εὐδαιμονία (*eudaimonia*) “Formado por **daímon**, *espírito*, e **eu**, *bem*, significa estado de contentamento estável no qual se encontra o espírito” (GOBRY, 2007).

Encontramos em Sócrates, ao ser confrontado por Antifonte por não tirar proveito da filosofia para conseguir bens e honrarias em abundância, uma noção de felicidade que não está ligada à posse total de bens materiais, mas sim na possibilidade de precisar de poucas coisas – o que aproxima os homens dos deuses:

Parece-me, Antifonte, que deves achar que a felicidade é indolência e abundância; eu, pelo contrário, acredito que não precisar de nada é uma dádiva dos deuses e precisar o menos possível é estar perto do divino e, como esse divino é perfeição, estar perto dele é estar perto da perfeição (XENOFONTE, 2009, p. 107).

Aqui encontramos uma certa relação que Sócrates faz da felicidade humana como algo que se aproxima da divindade, sendo esta última um estado de perfeição. Mas é importante lembrar que, para ele, a felicidade estaria ligada ao conhecimento da concepção do bem e do bom, em relação ao interior e não ao exterior do homem. Isto é, ao passo em que o homem conhece o bem – e o conhecimento é uma virtude (*areté*) –, não pode deixar de praticá-lo; e aspirando ao bem, aperfeiçoando sua alma (*psyché*) mediante a virtude, conhecendo a si mesmo e sendo dono de si, torna-se feliz (VÁZQUEZ, 2020, p. 271).

Por sua vez, Platão, discípulo de Sócrates, irá ressaltar que a felicidade está ligada à cidade (*pólis*), mais especificamente à atividade que cada indivíduo executa dentro dela, à ideia de justiça – sendo, para ele, a própria *pólis* o ambiente propício para a vida moral – e à contemplação da Ideia do Bem por parte do sábio. Para isso, deve-se destacar alguns pontos importantes da filosofia de Platão: em sua metafísica, encontramos o dualismo do mundo sensível e o mundo das ideias eternas e perfeitas, no qual estas últimas são a realidade verdadeira, tendo como ponto mais alto a Ideia do Bem; em sua psicologia, entende-se que a alma é o princípio de vida que anima ou move o homem, e que é constituída de três partes, a saber: a racional (ligada ao cérebro, sendo a parte superior), a irascível (ligada ao peito) e a apetitiva (ligada às entranhas, sendo a parte inferior).

É importante ressaltar que o homem, para Platão, é um composto de corpo e alma, mas dá-se a primazia à última. Isto porque ele entendia que o corpo é a prisão da alma, que é livre, espiritual e imortal. Neste sentido, é preciso que o homem subordine a parte inferior à superior e desvincule-se daquilo que é corpóreo e sensível. Este seria um processo de purificação, para que a alma, por meio da razão, consiga

contemplar a Ideia do Bem e o homem, então, seja feliz. E para que tal purificação seja possível, é preciso praticar algumas virtudes que correspondem às partes da alma: a virtude da razão é a sabedoria ou prudência; a da irascível, a fortaleza; a da apetitiva, a temperança. Aqui vale apontar uma outra virtude que tem como finalidade a harmonia entres estas partes, que é a justiça (VÁZQUEZ, 2020, p. 272).

Ainda em Platão, como foi indicado, a felicidade também está ligada à *pólis*. Em uma de suas principais obras, *A República*, Platão constrói um modelo ideal de Estado que é semelhante à alma, onde existem classes sociais que executam atividades que lhes são pertinentes e cada uma deve ser guiada pela virtude que lhe corresponde, a saber: os *filósofos*, que são os governantes, são guiados pela virtude da sabedoria ou prudência – acenam para a razão ou a parte racional da alma; os *guerreiros*, incumbidos de defender o Estado, são guiados pela coragem ou fortaleza – correspondem à parte irascível da alma; os *artesãos* e os *comerciantes*, que ficam encarregados da subsistência material, são guiados pela temperança – correspondem à parte apetitiva da alma; e para que todos fiquem em harmonia, é mandatória a *justiça*. Platão dá a entender, por meio de Sócrates, que o Estado é necessário para o aperfeiçoamento do indivíduo, pois este não é autossuficiente e necessita dos demais:

(Sócrates) – Ora – disse eu – uma cidade tem a sua origem, segundo creio, no facto de cada um de nós não ser autossuficiente, mas sim necessitado de muita coisa. Ou pensas que uma cidade se funda por qualquer outra razão?
(Adimanto) – Por nenhuma outra – respondeu.
(Sócrates) – Assim, portanto, um homem toma outro para uma necessidade, e outro ainda para outra, e, como precisam de muita coisa, reúnem numa só habitação companheiros e ajudantes (PLATÃO, 2001, p. 72).

Assim, a finalidade do Estado é tornar os indivíduos felizes e propor-lhes a prática das virtudes – visando principalmente a justiça – e a administração do mesmo ficaria a cargo dos governantes filósofos.

Com Aristóteles, que foi aluno de Platão na *Academia* por cerca de 20 anos, encontramos a felicidade como um bem que todos os homens almejam ou querem alcançar, ou seja, conscientemente todos os homens tendem à felicidade. Diferente de Platão, que aponta para um *Bem transcendente*, Aristóteles aponta para um *Bem imanente*, isto é, um bem realizável pelo homem. E qual é o bem que é peculiar do homem e o qual somente ele pode realizar? Aristóteles diz que é a *razão* e o *agir da*

alma segundo a própria razão. Logo, para o filósofo, “o verdadeiro bem do homem consiste nessa obra ou atividade de razão, e, mais precisamente, no perfeito desenvolvimento e atuação dessa atividade” (REALE, 2015, p. 100). Vejamos na *Ética a Nicômaco* como Aristóteles desenvolve sua ideia:

Então, se a função do homem é uma atividade da alma por via da razão e conforme ela, e se dizemos que “uma pessoa” e “uma pessoa boa” têm uma função do mesmo gênero – por exemplo, um citarista e assim por diante em todos os casos –, sendo a qualificação a respeito da excelência acrescentada ao nome da função (a função de um citarista é tocar cítara, e a de um bom citarista é tocá-la bem), se este é o caso (e afirmamos que a função própria do homem é um certo modo de vida, e este é constituído de uma atividade ou de ações da alma que pressupõem o uso da razão, e a função própria de um homem bom é o bom e nobilitante exercício desta atividade ou a prática destas ações, se qualquer ação é bem executada de acordo com a forma de excelência adequada) – se este é o caso, repetimos, o bem para o homem vem a ser o exercício ativo das faculdades da alma de conformidade com a excelência, e se há mais de uma excelência, de conformidade com a melhor e mais completa entre elas. Mas devemos acrescentar que tal exercício ativo deve estender-se por toda a vida, pois uma andorinha não faz verão (nem o faz um dia quente); da mesma forma um dia só, ou um curto lapso de tempo, não faz um homem bem-aventurado e feliz (ARISTÓTELES, 1999, p. 126-127).

Aristóteles também argumenta que a felicidade perfeita se realiza com a atividade do intelecto, pois através dele o homem pode contemplar a si mesmo, ser autossuficiente neste ponto e, conseqüentemente, guarda uma certa semelhança com o divino. Logo, para o filósofo, a vida e a atividade conforme o intelecto torna o homem feliz, como aponta na sua obra supracitada:

[...] se o intelecto é divino em comparação com as outras partes do homem, a vida conforme ao intelecto é divina em comparação com a vida puramente humana. Mas não devemos seguir aquelas pessoas que nos instam a, sendo humanos, pensar em coisas humanas, e sendo mortais, a pensar no que é mortal; ao contrário, devemos tanto quanto possível agir como se fôssemos imortais, e esforçar-nos ao máximo para viver de acordo com o que há de melhor em nós, pois embora esta nossa parte melhor seja pequena em tamanho, em poder e importância ela ultrapassa todo o resto. E pode realmente parecer que esta parte é a verdadeira natureza de cada criatura humana, já que ela é a sua parte dominante e melhor. Seria estranho, com efeito, se o homem devesse dar preferência não a viver a sua própria vida, mas a vida de outro ser qualquer. E o que dissemos antes se aplica agora: aquilo que é peculiar a cada criatura lhe é naturalmente melhor e mais agradável; para o homem, a vida conforme ao intelecto é melhor e mais agradável, já que o intelecto, mais que qualquer outra parte do homem, é o homem. Esta vida, portanto, é também a mais feliz (ARISTÓTELES, 1999, p. 312).

Com Santo Agostinho, a felicidade converte-se na busca e encontra-se em Deus. É importante notar que, nas suas primeiras obras, principalmente no *De beata vita* (*A vida feliz*), Santo Agostinho ainda está apegado à tradição helenística de felicidade, que concebe a filosofia como o meio para alcançá-la – por isso, o sábio seria o mais feliz dos homens. Porém, ele insere um adendo: a vida feliz consiste na posse e no conhecimento de Deus. É o que vemos na seguinte passagem da obra citada:

[...] todo o que encontrou a Deus e o tem benévolo é feliz. Todo o que ainda busca a Deus tem-no benévolo, mas ainda não é feliz. E, enfim, todo o que se afasta de Deus, por seus vícios e pecados, não somente não é feliz, mas sequer goza da benevolência de Deus (AGOSTINHO, 2019, p. 142).

Nas obras de maturidade, especificamente em *A Cidade de Deus*, Santo Agostinho muda seu pensamento em relação ao sábio, o considerando o único que é feliz. Dessa feita, ele desloca o centro da felicidade para a vida futura, que seria a visão beatífica de Deus no Céu, aberta aos que se submetem à sua vontade. Porém, ele ainda ressalta que “filósofo é o que ama a Deus; e porque a filosofia tende para a vida feliz, é gozando de Deus que quem o ama é feliz” (AGOSTINHO, 1996, p. 724).

É nesta linha que aparece a ideia de felicidade apresentada por São Bernardo de Claraval, comum aos pensadores cristãos do século XII, na qual o homem nesta vida busca se submeter à vontade de Deus e, após a morte, estar em comunhão com Ele numa visão beatífica. Esta seria a realização perfeita da vida humana, pois é própria à alma humana que possui uma certa abertura à felicidade perfeita que é dada por Deus – mesmo que na vida presente se tenha alguma notícia sobre esta felicidade. Para chegar à mesma, São Bernardo indica o amor como caminho que o homem pode percorrer: um amor por Deus sem interesse algum e que acaba por deificá-lo.

Por que devemos amar a Deus por si mesmo?

Ao ser perguntado por qual motivo e em que medida devemos amar a Deus, em um breve opúsculo intitulado *De diligente Deo* (*Tratado sobre o amor de Deus*), São Bernardo responde que “o motivo de nosso amor por Deus é o próprio Deus, e que a medida desse amor é amar sem medida” (CLARAVAL, 2015, p. 7). Este amor

que devemos ter para com Deus é justo e vantajoso por conta de Deus mesmo: Ele nos amou primeiro, deu a nós o ser e nos sustenta por meio dos bens corporais e dos bens da alma. Este amor é a verdadeira caridade, pois não visa interesse algum.

É observável que, por ser um pensador cristão, São Bernardo faz lembrar que Deus enviou seu próprio Filho como prova maior de amor pelos homens, pois estes estavam na miséria do pecado e dela foram libertados. Este mesmo amor se dirige também aos infiéis e gentios, pois é por meio de Deus que eles recebem os bens do corpo e da alma – assim como a própria existência, pois ninguém pode dar aquilo que não tem.

Os bens da alma são mais excelentes e ganham destaque no sistema de São Bernardo, pois é por conta da alma que somos imagem e semelhança de Deus – como imagem, dignos e aptos a participar da glória de Deus; como semelhança, possuímos uma aspiração para compartilhar da Sua glória (GILSON, 1991, p. 284). São Bernardo cita três bens excelentes da alma: a dignidade, a inteligência e a virtude. Estes bens cooperam para que o homem alcance a Deus e, vale ressaltar, cada um deles por si é falível:

Quando falo de dignidade no homem, é o seu livre-arbítrio que faço alusão; com efeito, é por ele que se ela acima de todos os outros seres vivos, e que os submete a seu domínio. Pela inteligência reconhece sua dignidade e também compreende que ela não provém dele. Enfim, a virtude o faz buscar com ardor seu Criador e abraçá-lo com força, quando o encontra. [...] a dignidade é prerrogativa da própria natureza humana e está no temor que o homem inspira incessantemente em todo ser vivo sobre a terra. A inteligência percebe a dignidade no homem e todos os outros bens que estão nele, mas também compreende que não provém dele. Enfim, a virtude, em suas duas tendências, nos faz, de um lado, buscar com ardor o autor de nosso ser e, de outro, abraçá-lo com força, uma vez que o encontramos (CLARAVAL, 2015, p. 11-12).

Por ignorância acerca da própria dignidade, alguns homens podem ser comparados aos animais irracionais, que estão sujeitos à corrupção e à mortalidade; em outros casos, pode haver uma certa presunção por parte de outros homens, ao considerarem que os bens acima citados provêm de si mesmos, glorificando a si próprios, e não a Deus – o que São Bernardo chama de uma *glória vã*. Por isso é necessário que tais bens cooperem entre si para que o homem reconheça aquilo que é próprio de si e aquilo que recebeu, sendo justo e razoável ao glorificar a Deus, pois “a dignidade sem a inteligência é inútil, e que a inteligência sem a virtude nos leva à

ruína” (CLARAVAL, 2015, p. 15). Tal preceito de amar a Deus, render-Lhe glória e reconhecê-Lo como provedor daquilo que é necessário aos homens não se limita aos cristãos:

O Senhor merece, então, ser amado, por ele mesmo, pelo infiel que no mínimo o conhece, ainda que não conheça o Cristo; aquele que não ama o Senhor Deus, de todo o coração, de toda a sua alma, com todas as suas forças, não tem desculpa, porque a justiça inata em seu coração, assim como sua razão, grita-lhe do fundo da alma que ele deve amar de todo o coração aquele de quem recebeu tudo o que é (CLARAVAL, 2015, p. 17).

Para São Bernardo, os cristãos devem ficar mais contentes com este amor que recebem de Deus e que devolvem a Ele, tendo em vista que, pela fé, crê-se que o mesmo Deus veio aos homens por meio de seu Filho, que morreu e ressuscitou para salvar a humanidade do pecado. Por isso, os seguidores de Cristo devem lembrar do sofrimento que Ele passou em vida na Terra, permanecendo e seguindo os seus ensinamentos para alcançarem o que esperam com o seu retorno no fim dos tempos.

Quais as vantagens que podemos obter ao amar a Deus?

Mesmo que se encontre na doutrina cristã indicativos de uma futura recompensa ao seguir os ensinamentos de Cristo e amá-lo, é importante lembrar que este amor que o homem deve ter para com Deus tem por objeto o próprio Deus: ou seja, ama-se a Deus por ele mesmo, sem a preocupação de ser recompensado por este amor. Porém, nem por causa disso aquele que ama deixa de ser recompensado por seu amor. E nisso consiste a verdadeira caridade, que é o amor que o homem tem por Deus e que não procura o próprio interesse. O amor, então, busca o amado sem a necessidade de uma recompensa, visto que aquele que ama o faz pelo próprio objeto que se ama e pelo próprio ato de amar:

O amor é um movimento da alma, e não um contrato; não é adquirido em virtude de uma convenção, nem de nada desse tipo; ele é completamente espontâneo em seu movimento e nos torna semelhante a ele: enfim, o verdadeiro amor se satisfaz consigo mesmo (CLARAVAL, 2015, p. 44).

E como objeto deste movimento, Deus é o fim último do amor do homem, o que nos faz perceber que estamos lidando, de certa maneira, com uma pessoa antes de

tudo, e não com um objeto ou uma coisa – o que nos remeteria a Immanuel Kant, pois, sendo Deus um ser racional, “seres racionais estão pois todos submetidos a esta lei que manda que cada um deles jamais se trate a si mesmo ou aos outros simplesmente como meios, mas sempre simultaneamente como fins em si” (KANT, 1974, p. 233). Enfim, neste ato de amor não se busca outra coisa senão o próprio objeto amado sem interesse algum, porque “de outra forma, não seria a Deus que amaria, mas sim a recompensa” (CLARAVAL, 2015, p. 45).

O que rara e dificilmente ocorre, como se verá mais à frente, pois a condição humana na vida presente está muito ligada ao corpo e às necessidades do mesmo. Sendo assim, é próprio da natureza humana, com sua capacidade racional, buscar o que é melhor e satisfazer-se com aquilo que lhe falta. Porém, isso acaba se tornando um círculo vicioso: o homem sempre busca coisas melhores para se satisfazer, deleita-se de uma por uma, mas não chega a um fim “porque em todas essas coisas não se encontra um objeto que seja propriamente o mais elevado e melhor” (CLARAVAL, 2015, p. 46). E por que isso nos acontece? São Bernardo assim responde:

É que nosso coração, cedendo aos vários e enganosos encantos mundanos, fadiga-se inutilmente em sua corrida e nunca chega a se satisfazer; está sempre faminto, e o que já consumiu não vale nada em comparação com o que ainda resta para comer; é muito mais atormentado pelo desejo daquilo que lhe falta do que pela satisfação do que tem (CLARAVAL, 2015, p. 46-47).

Se tal fato ocorre, é por falta de prudência e de ser razoável no proceder que o homem realiza. Assim, rebaixa-se ao nível dos animais irracionais, por não se utilizar da razão e esquecer de sua própria dignidade, com o objetivo mesmo de satisfazer sua cobiça e experimentar tudo o que as coisas têm a oferecer, sem levar em conta que é um esforço em vão “[...] quem quer experimentar de tudo o que foi criado realiza um esforço inútil, porque no longo caminho onde se engaja, não chegaria a termo, nem apreciaria tudo aquilo que atija sua cobiça” (CLARAVAL, 2015, p. 49)

O homem que já reconheceu esta impossibilidade, agindo razoavelmente, pode pôr-se a caminho de amar a Deus sinceramente, reconhecendo-o como autor do seu ser e lhe rendendo glória. Este reconhecimento mostra que o homem irá buscar a Deus como aquilo de melhor que pode encontrar e apaziguar sua vontade, pois, como diria Santo Agostinho, “nos criastes para Vós e nosso coração vive inquieto, enquanto

não repousa em Vós” (AGOSTINHO, 1996, p. 37). Assim, ao amar a Deus, o homem tem a Deus como o próprio benefício e vantagem, aquilo que tranquiliza sua razão e sua vontade.

Quais são as etapas desse amor?

Para que o homem ame a Deus por ele mesmo, deve levar em consideração que o amor é um afeto natural e correto, e que justo é amar quem o criou. Porém, por conta da fragilidade mesma da natureza humana na condição em que se encontra, o homem tende a amar a si mesmo antes de tudo. Este é o primeiro grau do amor que São Bernardo denomina de *amor carnal*. Tal primeiro grau não é errado, pois é uma tendência natural do homem amar-se primeiro e reconhecer os seus bens, e aqui encontramos o homem voltado para satisfazer suas necessidades corporais: “O homem, então, ama-se antes de tudo e por si mesmo [...]” (CLARAVAL, 2015, p. 55).

Estas mesmas necessidades e estes mesmos bens o homem reconhece naquele com quem compartilha a mesma natureza, pois o amor que tem por si evolui naturalmente e vai ao encontro do *outro*. Neste caso, um determinado homem deve reconhecer que o outro também possui os mesmos bens que contém em si e que nele existe uma “jurisdição própria”, um limite que não pode ser ultrapassado. Assim como em um homem e noutro existe a possibilidade de buscarem satisfazer seus prazeres e cobiças, para ambos existe a necessidade de moderação para que não se desviem do reto processo do amor. Logo, agir para que o outro não se rebaixe ao nível dos animais irracionais e tenha acesso ao necessário é o começo de um amor fraternal:

Seu amor [o amor de um determinado homem pelo outro] se encontrará dentro dos limites da justiça e da moderação, desde o instante em que ele consagrar às necessidades de seus irmãos tudo o que recusa a suas próprias paixões. É assim que o amor pessoal se torna um amor fraternal, estendendo-se para além (CLARAVAL, 2015, p. 57).

Mesmo que exista este amor fraternal que o homem tem pelo próximo, baseado no reconhecimento que ambos compartilham da mesma natureza e dos mesmos bens, São Bernardo diz que tal sentimento ainda é imperfeito, e será perfeito somente quando o outro for amado em Deus:

[...] quem não tem nenhum amor por Deus, não ama nada em Deus; devemos então começar por amar a Deus, se se quer amar o próximo nele, de sorte que Deus, que é o autor de todos os outros bens, o é também de nosso amor por ele (CLARAVAL, 2015, p. 58).

Nos graus segundo e terceiro, percebemos uma evolução do amor do homem em direção a algo melhor. Naturalmente, ele ama a si mesmo, reconhece no outro as mesmas necessidades e os mesmos bens, mas ainda não ama totalmente a Deus, e se o faz é por simplesmente reconhecer que seu ser precisa dele por causa de suas necessidades – um amor por interesse.

São Bernardo faz notar que o homem vive uma condição cheia de tribulações – principalmente por conta do pecado original – que faz com que ele tenha que recorrer sempre a Deus. Ao se ver em certas tribulações, o homem recorre a Deus como auxílio; e se o faz continuamente, acaba por gostar Dele e por reconhecer que ele é bom – para o homem e é bom em si. Diante disso, o homem acaba percebendo que, se Deus é bom para ele e em si, é justo que o ame pelo simples fato dele ser bom, por Ele dar gratuitamente ao homem aquilo de que necessita. Logo, o homem se submete a Deus não por causa dos bens que recebe Dele, mas do reconhecimento que Deus é bom por si mesmo. Por isso: “Aquele que louva ao Senhor, não porque ele é bom para si, mas simplesmente porque ele é bom, ama verdadeiramente a Deus por Deus, e não por si” (CLARAVAL, 2015, p. 63). Não mais ama-se a Deus como meio para interesses próprios ou por causa dos bens que recebeu, mas por si mesmo, por ser o fim último e o limite – se assim se pode dizer – daquilo que o homem pode ter. O comentário de Gilson sobre esta etapa do amor é pertinente:

Graças a um conhecimento sempre mais perfeito de Deus e uma crescente intimidade com Ele, o homem começa a amá-Lo por Ele mesmo, mas também em vista de seu próprio bem, por haver experimentado em si próprio a doçura do seu Deus (GILSON, 1991, p. 292).

O reconhecimento desta bondade que há em Deus fornece ao homem uma verdade básica, qual seja, de retribuir Àquele tudo o que é e o que tem, pois tudo o que é e o que tem lhe é dado por Ele. Assim, submeter-se a Deus é estar unido tanto na vontade quanto na inteligência, isto é, aquilo que o homem de melhor pode apetecer pela vontade e aquilo de mais verdadeiro que pode conhecer pela

inteligência. Tal vínculo está contido naquilo de melhor que o próprio Deus pode oferecer, isto é, Ele mesmo, e o qual o homem pode procurar.

Por outro lado, não se pode dizer que Deus e o homem são a mesma coisa, porque eles não têm a mesma substância ou a mesma natureza. Na verdade, eles são um mesmo espírito se se unem entre si pela caridade. E essa unidade não se faz pela coerência das essências, mas pela conexão das vontades (CLARAVAL, 2020, p. 434).

É este o quarto grau do amor, no qual o homem ama tanto a Deus por Ele que chega próximo a anular sua própria existência, de tanto que se une ao amado. O homem não busca mais suas necessidades e seus interesses, pois “Nossa felicidade está menos na satisfação de nossas necessidades e nos bens que nos serão concedidos do que no cumprimento da vontade de Deus em nós [...]” (CLARAVAL, 2015, p. 67). O que na vida presente, por conta da própria condição humana, chega a ser difícil, mas não impossível. É nesta vida que o homem começa a desenvolver este amor por Deus, que será mais perfeito ao unir-se ao seu Criador na vida futura:

Ó puro e santo amor! Ó doce e santa afeição! Ó submissão da alma íntegra e desinteressada! Tanto mais íntegra e mais desinteressada quanto mais isenta de preocupações consigo mesma; tanto mais terna e mais doce quanto mais experimenta do divino. Chegar a esse ponto é ser deificado. Igual a uma pequena gota d’água que, misturada a uma grande quantidade de vinho, parece desaparecer, impregnando-se do gosto e da cor deste líquido (CLARAVAL, 2015, p. 67).

E assim será na vida eterna, ou *beatitude*, a consumação do quarto grau do amor do homem por Deus: uma perfeita felicidade que começa aqui na vida presente e que culmina na contemplação de Deus.

Enquanto somos carnis e nascemos da concupiscência da carne, isto é, da cupidez, o amor deve começar em nós pela carne; mas, se guiado por um bom caminho, avança por graus sob a condução da graça e não pode deixar de chegar, enfim, à perfeição, pela influência do espírito de Deus (CLARAVAL, 2015, p. 93).

Eis, então, a vida na qual os santos compartilharão, pois não serão submetidos aos desejos da carne e nem às necessidades que têm na vida presente, por estarem em uma condição totalmente diferente da atual:

Não é que nossa carne não estará lá um dia, mas não será admitida se não for despojada de todas as suas enfermidades; o amor pela carne será absorvido pelo espírito, e todas as suas fraquezas e paixões humanas que existem no presente serão transformadas em potência totalmente divina (CLARAVAL, 2015, p. 95).

Neste sentido, a entrega total a Deus por meio do amor leva o homem a aperfeiçoar-se, para que chegue um dia na beatitude, na felicidade eterna, ou contemplação de Deus, sem o interesse particular, mas voltado inteiramente Àquele que mais necessita.

Considerações Finais

A perfeita felicidade do homem começa com o amor que tem por si e que, com os bens que recebeu – a dignidade, a inteligência e a virtude –, acaba por reconhecê-los e utilizá-los para encontrar e amar o seu Criador. Na vida presente, por conta de sua condição, falha ao amar a Deus, mas nem por isso desiste de submeter-se à Sua vontade e a desejá-lo como aquilo de melhor que pode alcançar e aquilo de melhor que lhe é oferecido. Seu ser acaba por deificar-se nesta união de vontades, na qual Deus se doa ao homem e o homem busca-O. É este o verdadeiro amor de doação total ao outro sem esperar algo em troca, pois ama-se o amado por si mesmo: nisso consiste a verdadeira *caridade*.

Referências

AGOSTINHO, S. **A Cidade de Deus**. (Vol. 1, I-VIII). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

AGOSTINHO, S. **Confissões**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996. (Coleção Os Pensadores).

AGOSTINHO, S. **Solilóquios. A vida feliz**. São Paulo: Paulus, 1998. (Coleção Patrística).

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996. (Coleção Os Pensadores).

BOEHNER, P.; GILSON, E. **História da filosofia cristã: desde as origens até Nicolau de Cusa**. Petrópolis: Editora Vozes, 1991.

CLARAVAL. S. B. de. **Sermões sobre o Cântico dos Cânticos**. São Paulo: Editora Permanência, 2020.

CLARAVAL. S. B. de. **Tratado sobre o amor de Deus**. São Paulo: Paulus, 2015.

GOBRY, I. **Vocabulário grego da filosofia**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

KANT, I. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. São Paulo: Abril Cultural e Industrial S.A., 1974. (Coleção Os Pensadores).

PLATÃO. **A República**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

REALE, G. **História da filosofia grega e romana**. Vol. IV. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

VÁZQUEZ, A. S. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

XENOFONTE. **Memoráveis**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra/Annablume, 2009.

Recebido em: 10/06/2023
Aprovado em: 25/08/2023